

**PREGÃO ELETRÔNICO n. 9/2025**

**OBJETO:** Registro de Preços para eventual contratação de prestação de serviço de monitoramento pessoal com acionamento de dispositivo eletrônico de emergência portátil e locação de aparelhos celulares com aplicativo embarcado.

**IMPUGNANTE:** Stratum Segurança LTDA.

## 1. RELATÓRIO

Stratum Segurança LTDA., inscrita no CNPJ sob o n. 03.029.254/0001-20, apresentou **IMPUGNAÇÃO** ao Edital do Pregão Eletrônico n. 9/2025, requerendo, em suma, a retificação de alegada omissão quanto à autonomia mínima da bateria exigida para o equipamento licitado.

A Secretaria de Inteligência e Polícia Institucional (SINPI), unidade técnica/demandante da presente licitação, manifestou-se acerca das alegações da Impugnante.

É o sucinto relatório.

## 2. ADMISSIBILIDADE

### 2.1 – Tempestividade

O art. 164 da Lei n. 14.133/2021, regente da presente licitação, dispõe que “Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame”.

No presente caso, a sessão pública foi designada para o dia 31/3/2025, às 13h30 (horário de Brasília) e a impugnação foi apresentada, por correspondência eletrônica, no dia 26/3/2025, às 21:20, sendo, portanto, tempestiva.

## 3. MÉRITO

Requer a Impugnante a suspensão do presente procedimento licitatório para retificação da omissão alegada, para que seja estabelecida a autonomia mínima de bateria exigida para o equipamento, com fundamento em estudos técnicos ou parâmetros mínimos de segurança/eficiência. E, caso não seja acolhida a presente impugnação, que sejam apresentadas justificativas para a inexistência de parâmetro de autonomia de bateria.

Alega que o instrumento convocatório não é claro pois “não estabelece ou indica a duração mínima da bateria do dispositivo de emergência

portátil, fator essencial para assegurar a confiabilidade do equipamento em situações de uso prolongado ou emergencial”.

Diz que a omissão na especificação de uma autonomia mínima (por exemplo, 8h, 12h, 24h) impede que os fornecedores dimensionem corretamente as soluções, inviabilizando a formulação de propostas adequadas, além de poder acarretar riscos para a Administração quanto à qualidade e disponibilidade do serviço contratado.

Aduz que, “em contratações semelhantes, é usual a previsão de autonomia para garantir o desempenho contínuo, sob pena de comprometer a funcionalidade do serviço” e que “tal omissão pode comprometer a eficiência, a economicidade e a confiabilidade do objeto licitado”.

Instada a se manifestar, a área técnica argumentou o seguinte:

O objeto do presente certame é o fornecimento de serviço de monitoramento pessoal com acionamento de dispositivo eletrônico de emergência portátil, que deverá ser prestado 24 horas por dia, 7 dias por semana, com monitoramento passivo, e apenas emitir sinal de alerta quando o dispositivo for acionado, conforme itens 5.1.2 e 3.1.9 do Termo de Referência. Restringir a autonomia mínima da bateria a 8h, 10h, 12h ou 24h poderia comprometer o caráter competitivo da solução, razão pela (qual) não fizemos menção. Ademais, conforme dispõe o art. 37, inc. XXI, da Constituição Federal, devem ser exigidos apenas os requisitos de natureza técnica indispensáveis à aferição da capacidade para bem executar o objeto e atender a demanda administrativa. Considerando que a descrição da solução contempla a continuidade do serviço, a área técnica verificou a existência de vários dispositivos e baterias que atendem aos requisitos, inclusive de forma que combinados com outros instrumentos de controle lógico garantam a não interrupção da solução.

Diante das explanações da unidade demandante, responsável pelos estudos técnicos preliminares e o estabelecimento das especificações técnicas da solução, não há que se falar em omissão e, sendo assim, o edital não merece reparos, no particular.

#### **4. CONCLUSÃO**

Ante o exposto, resolve a pregoeira receber e conhecer da impugnação oferecida por Stratum Segurança LTDA. e, no mérito, desprovê-la, nos termos da fundamentação supra e do parecer emitido pela unidade técnica, o qual adota em sua integralidade, fazendo parte deste *decisum*.

Mantida a data de abertura do certame.

Remeta-se cópia desta decisão, por meio eletrônico, à Impugnante, disponibilizando-a e publicando-a no sítio eletrônico oficial.

Belo Horizonte, 27 de março de 2025.

**SHEYLA DE CAMPOS MENDES**  
Pregoeira